



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640048 - SP (2021/0012736-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LEONARDO SOUZA COSTA
ADVOGADO : LEONARDO SOUZA COSTA - SP312543
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THAINA RODRIGUES DE MORAIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de THAINA RODRIGUES DE MORAIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2230017-06.2020.8.26.0000).

A paciente teve a prisão preventiva decreta pela suposta prática do tráfico de drogas e do porte ilegal de arma.

Sustenta o impetrante a ilegalidade da prisão, tanto na forma objetiva – sem mandado judicial –, como na subjetiva – ausência de indícios de autoria.

Alega que o decreto construtivo está pautado em ilações e em conjecturas, sem os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer o deferimento da medida liminar para que seja revogada a custódia preventiva do paciente para que possa responder em liberdade à ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir do paciente e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fl. 141-):

"Conforme já destacado na decisão liminar, da narrativa dos fatos, não há ilegalidade alguma na prisão em flagrante realizada pelos policiais a ensejar o relaxamento da prisão.

Como se sabe, o tráfico de substância entorpecente é crime permanente, não se exigindo mandado para ingresso em residência quando verificado a existência de estado de flagrância (artigo 5º, inciso XI, da CF), como é o caso do presente processo.

Não há como falar em falta de fundamentação na decisão, visto que além da prova de materialidade e indícios suficientes de autoria, o magistrado consignou que 'A autuada foi detida em situação de flagrante, nos termos do art. 302, I, do Código de Processo Penal, uma vez que, em tese, surpreendida

na posse de uma arma de fogo e de entorpecentes que se destinavam ao tráfico...O fato imputado à custodiada é concretamente grave, especialmente em razão da apreensão de expressiva quantidade de entorpecente (mais de 30 quilos). Nesse contexto, resta evidenciado que a liberação da custodiada colocaria em risco a ordem pública, uma vez que as circunstâncias da prisão indicam, em análise perfunctória, que ela tem envolvimento não tão superficial com o narcotráfico, o que torna elevado o risco de reiteração delitiva', não havendo nenhuma irregularidade na decisão que manteve a prisão cautelar que a comprometesse, porquanto a necessidade da segregação excepcional do Paciente encontra-se adequadamente justificada, o que afasta a arguição de constrangimento ilegal a que estivesse sendo submetido, com ofensa à liberdade individual. Há indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, destacando que a pena cominada ao crime de tráfico de drogas, abstratamente, é superior a quatro anos de reclusão e referido delito _ equiparado a crime hediondo _ é considerado gravíssimo, respaldando-se a necessidade da manutenção da segregação na garantia da ordem pública."

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a acusada.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido. (AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência